

UFSC apresenta campanha do Vestibular 2008

Tendo como mote *Formando gerações desde 1960*, a campanha do Concurso Vestibular 2008, idealizado e coordenado pela Agência de Comunicação (Agecom/UFSC), foi lançada dia 6 de agosto durante entrevista coletiva à imprensa. **p. 10**



Impresso

99129-5/2002-DR/SC
UFSC

CORREIOS



Jornal Universitário

Universidade Federal de Santa Catarina - Agosto de 2007 - Nº 383

As ações afirmativas da UFSC, que contemplam egressos de escolas públicas, negros e indígenas, já estão valendo para o Vestibular 2008 - **p. 2 e 8**



Solidariedade e radicalização na greve - **p. 10**

Melhorias e pesquisas reforçam hospital-escola - **p. 9**

Maricultura sustentável e ostras sadias - **p. 4**

Do Editor

Políticas de inclusão

"Limite-me a deixar a formiguinha passear pela palma grande da minha mão. Poderia arrancar-lhe uma perna e observá-la mancar. Não! Ela pode sentir dor, e para quem trabalha, uma perna faz muita falta"

(Fausto Wolf, em *O nome de Deus*)

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está convencida da importância da adoção e implementação de políticas públicas para superar as injustiças sociais.

Essa opção política pela inclusão social está presente nos investimentos prioritários no Hospital Universitário (HU), no processo de interiorização da universidade pública, na intensificação da cooperação nacional e internacional, no respaldo à Política Pública de Comunicação, na relação respeitosa com as entidades representativas e, sobretudo, nas ações afirmativas que chegam no bojo do Concurso Vestibular 2008.

Representando inclusão para quem não tem qualquer chance de ingressar numa universidade pública de qualidade, a política de cotas, que atende por ações afirmativas de fundo histórico, beneficia, no caso da UFSC, egressos da escola pública, negros e indígenas. É um bom começo para democratizar o acesso ao ensino superior financiado pelo imposto de todos, inclusive pelos trabalhadores da UFSC e familiares dos prováveis incluídos.

Ainda na linha da inclusão, a UFSC, através da sua instância máxima deliberativa, o Conselho Universitário, demonstrou coerência e consciência política ao legitimar e reconhecer a justiça da greve dos trabalhadores técnico-administrativos.

Teve também a coragem de condenar a proposta de transformação dos hospitais universitários em fundações estatais de direito privado. Detectou, em tempo, que esse é o caminho que leva à privatização, eliminando o acesso público e matando os 45 hospitais universitários como espaços para o exercício do ensino, da pesquisa e até da extensão. Foi esse, certamente, o sentido da manifestação realizada pelo movimento grevista durante a inauguração da reforma e ampliação do Serviço de Emergência do HU da UFSC. Afinal, ninguém pode ser louco a ponto de investir para entregar, em seguida, à exploração privada!

A greve na UFSC e nas demais Ifes é, por enquanto, movimento legítimo dos trabalhadores técnico-administrativos. É bastante representativa, mas não é ainda a greve de toda universidade. Professores, estudantes e Administração continuam as suas atividades dentro das condições possíveis ou permitidas.

O *Jornal Universitário* (JU), editado pela equipe da Agência de Comunicação (Agecom), tem a obrigação moral de continuar circulando. Até porque, resultado da Política Pública de Comunicação, atende ao conjunto da sociedade e da comunidade universitária.

A Política de Comunicação felizmente voltou a fugir do controle político. Tenta ser reflexo do que faz e do que quer a universidade pública. (ML)



Expediente

Elaborado pela Agecom - Agência de Comunicação da UFSC
Campus Universitário - Trindade - Caixa Postal 476
CEP 88040-970, Florianópolis - SC
www.agecom.ufsc.br, agecom@edugraf.ufsc.br
Fones: (48) 3721-9233 e 3721-9323.
Fax: 3721-9684

Diretor e Editor Responsável:
Moacir Loth - SC 00397 JP
Coord. de Divulgação e Marketing:
Artemio R. de Souza (Coord.)

Redação
Alita Diana (Jornalista)
Arley Reis (Jornalista)
Celita Campos (Jornalista)
José A. de Souza (Jornalista)
Paulo Clóvis Schmitz (Jornalista)
Paulo Fernando Liedtke
Ana Carolina Dall'Agno (Bolsista)
Daniel Ludwig (Bolsista)
Fernanda Rebelo (Bolsista)
Jéssica Limpinski (Bolsista)
Livia H. Freitas (Bolsista)
Rodrigo Tonetti (Bolsista)
Talita Fernandes de Jesus (Bolsista)

Fotografia:
Jones J. Bastos
Paulo Noronha
Livia Allgayer Freitag (Bolsista)

Arquivo Fotográfico
Ledair Petry
Tania Regina de Souza
Editoração e Projeto Gráfico:
Jorge Luiz Wagner Behr
Cláudia Schaun Reis (Jornalista)
Divisão de Gestão e Expediente:
João Pedro Tavares Filho (Coord.)
Beatriz S. Prado (Expediente)
Romilda de Assis (Apoio)
Impressão: Diário Catarinense



Caiu na cesta

A comunicação cuida da saúde da instituição

Moacir Loth

Circulando (I). Circulando durante a greve, o *Jornal UFG* conseguiu conversar com Fátima Reis, coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás. Na entrevista, além de desmascarar o Governo Lula, enfatiza três eixos principais da luta: 1) Aprimoramento da carreira e reestruturação da tabela salarial ("**Somos o pior piso e o pior teto do Serviço Público Federal**"); 2) Plano de Saúde ("**Somos os únicos sem**"); 3) Contra a transformação do HU em Fundação Estatal (que "**vai desvinculá-lo da universidade sem resolver o problema**"). Afinada com o discurso do Assis, coordenador daqui, avisa que "a intenção agora é negociar, mas se não surtir efeito a gente vai ter que radicalizar".



Circulando (II). *Circulação*, publicado durante a greve pelo Sintufsc, foi à rua com uma bela capa, artigos, reportagens e ensaios pensando e refletindo o movimento e a própria universidade. E como se isso ainda não fosse suficiente, em encarte, lançou o *HU 24 horas*, mostrando porque o HU é vital e não pode ser dado à privada.

Circulando (III).

Também circulando na greve, o *UnB Notícias* publicou na edição de julho uma reportagem especial de capa (cor de sangue) sobre o drama vivido pelos hospitais universitários, atolados hoje em dívidas de 400 milhões. A reportagem de André Augusto Castro faz um raio-X nacional, destacando, sem ignorar a crise aguda, o trabalho essencial desenvolvido por 45 estabelecimentos de saúde de 30 universidades públicas. A matéria consulta ministros, reitores, especialistas, sindicalistas, pacientes e diretores de HUs. Dedicada, inclusive, um espaço precioso ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago, da UFSC. Fica, infelizmente, a impressão de que a grande reportagem torce pela criação da Fundação Estatal de Direito Privado, com *referendum* de boa parte dos diretores de HUs!



Macunaíma? Estar de folga é uma coisa. Ser folgado é bem diferente!

Camping seguro. Milhares de estudantes quase congelaram no campus durante eventos nacionais e internacionais organizados em julho, mas puderam dormir sob a vigilância permanente da Segurança da UFSC. Os eventos reuniram, entre outros, alunos de Design, Medicina, Arquitetura e Ciência e Engenharia de Materiais.



Foto: Jones Bastos

Potencializando o futuro. Abrindo portas e janelas para a carreira dos trabalhadores técnico-administrativos, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRDHS) deve viabilizar, em parceria com o Departamento de Administração do Centro Sócio-Econômico, um mestrado profissionalizante na área de Gestão Universitária.

Raiva. Agosto é o mês do cachorro louco! O que está esperando? Vacine seu melhor amigo do campus!

Carona. Movimento dos técnico-administrativos aproveitou muito bem a bela divulgação da Agecom das inaugurações do HU.

Arte na emergência. O arquiteto Antônio Carlos Silva é o autor dos projetos das reformas do Hospital Universitário. Chargista de mão cheia, Silva também é o responsável pelo humor na greve.

Nota de falecimento. Otto, o cão que liderava passeatas no campus, morreu atropelado no dia em que estava sendo adotado por uma família da Capital.

Cobaias. As fundações estatais começarão pelos nove hospitais do Ministério da Saúde e os 45 HUs. Quem confirma é o ministro José Gomes Temporão, da Saúde, pai adotivo do "filho pródigo" do ex-ministro Bresser Pereira.

Questão de ordem. O editorial do *JU* 382 merecia uma moção.

Na costela dói. Um servidor do Comando de Greve deu um "abraço apertado" no vice-reitor, Ariovaldo Bolzan. "O senhor também é um servidor, como nós", enfatizou enquanto outros colegas passaram a agarrar o professor que, desconcertado, partiu para Brasília. "O lance forte" multiplicou-se pelo Campus.

Educação para a greve. As finanças estaduais encheram as burras com o fechamento dos acessos ao campus. A PM lavou a égua na greve, multando servidores, professores e alunos. Faltou até bloco!

Circulando (IV). O *Jornal Universitário* (JU), da UFRGS, destaca que as "reivindicações mexem com o dia-a-dia da Universidade". O slogan dos grevistas, segundo aquele *JU*, é "Pare agora ou fique 10 anos sem aumento". Faltou a matéria.

Salvação. O Templo Ecumênico da UFSC virou o melhor dormitório do campus para enfrentar as noites mais frias de Florianópolis.



Foto: Jones Bastos

Frase

“A UNE dos próximos anos vai ser a UNE da ocupação das universidades públicas
Lúcia Stumph, nova presidente da União Nacional dos Estudantes, na Folha.”

O desafio de transformar conhecimentos em negócios

Críticas freqüentes têm sido feitas às universidades frente a pouca transformação do conhecimento científico em inovações. Embora esta não seja a missão direta da universidade, é importante ressaltar que é deste conhecimento que surgem bens, serviços e processos inovadores. Aproveitar este conhecimento na geração de riquezas, num sentido amplo, é tarefa das mais importantes. A UFSC produz, a cada ano, uma grande quantidade de *papers*, teses, dissertações, trabalhos de final de curso e de iniciação científica. O potencial de geração de negócios a partir do conhecimento ali embutido é imenso. É preciso, portanto, uma ação coordenada de prospecção e orientação no sentido de transformar algumas destas soluções técnico-científicas em empreendimentos de sucesso. Esta tarefa não é simples, uma vez que grande parte destas idéias/invenções necessita de mais pesquisas e investimentos para que sejam transformadas em produtos e gerem negócios exitosos no mercado, ao mesmo tempo em que as agências de fomento não possuem linhas específicas de financiamento para esta etapa, que denominamos de pré-incubação. Devemos, portanto, aportar idéias criativas a esta questão.

A Fundação CERTI tem desempenhado este papel desde sua criação, em 1984, embora não o tenha feito de maneira dirigida e coordenada em termos de pré-incubação. Mesmo assim, produziu excelentes resultados, evidenciados por meio das mais de 90 empresas desenvolvidas na Incubadora CELTA, sendo que a maioria – entre elas a Cianet, Nanoendoluminal, Automatisa, ESSS etc. – é originada dos trabalhos de estudantes e pesquisadores da UFSC.

É evidente que muitos outros trabalhos criativos e importantes estão sendo desenvolvidos nas universidades, neste momento, e podem ser transformados em ações que levem a criação de novas empresas inovadoras mundialmente. Neste sentido, a CERTI opera o CIENCIA, um Centro que, dentre outras atividades, oferece a estudantes e professores a orientação necessária ao empreendedorismo e ao processo de inovação. Com este objetivo, implantou-se a Pré-incubadora CIENCIA, que disponibiliza suporte aos empreendedores, desde a análise das propostas até a estruturação do primeiro plano de negócio. O apoio na busca por financiamentos e investidores também são suportes oferecidos pela pré-incubadora, bem como orientações para a incubação da futura empresa no CELTA ou no Sapiens Parque.

Dr. Antônio Rogério de Souza
Prof. Aposentado da UFSC
Diretor Executivo do CIENCIA
Fundação CERTI

Direitos culturalmente diferenciados, antropologia e ética

Uma verdadeira campanha de má-fé para disseminação da ignorância obscurantista tem se espalhado por períodos do Sul do Brasil, sobretudo, articulando de modo negativo e leviano, povos indígenas, antropólogos e questão fundiária.

A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu, por diversos de seus dispositivos, o caráter multiétnico da sociedade brasileira e os direitos coletivos à terra de coletividades culturalmente diferenciadas, em especial dos povos indígenas e de comunidades quilombolas. Por meio de legislação posterior, de normas administrativas, e ainda pela mais recente ratificação pelo governo brasileiro da Convenção 169 sobre Populações Tribais em Estados Nacionais da Organização Internacional do Trabalho, esses direitos foram sedimentados e transformados em matéria de ação administrativa do Estado no Brasil, sendo monitorado e supervisionado pelo Ministério Público Federal. No caso dos povos indígenas, cuja presença na América pré-existe qualquer estruturação em Estados Nacionais, com estabelecimento de fronteiras, línguas e documentos “nacionais”, a agência do Estado brasileiro responsável pelo reconhecimento fundiário das terras indígenas é a Fundação Nacional do Índio.

Esse conjunto de disposições jurídico-administrativas previu que a parte inicial desse processo de regularização fundiária fosse objeto do trabalho técnico-pericial do antropólogo, profissional no Brasil formado apenas ao nível de mestrado e doutorado, em cursos específicos, reconhecidos pelas institui-

ções de fomento à pós-graduação, como o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), cujo criterioso trabalho de avaliação qualifica e certifica alguns cursos apenas.

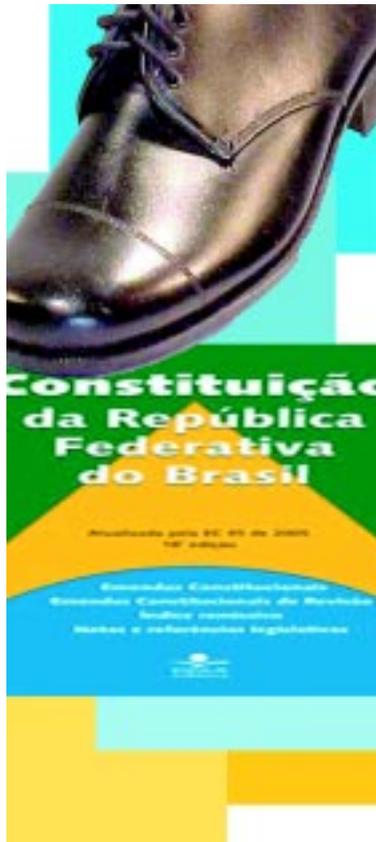
A perícia antropológica é um trabalho de caráter técnico, que demanda sólidos conhecimentos científicos quanto aos princípios teóricos da disciplina que o embasa, assente na longa tradição da Antropologia no estudo de sociedades e povos não ocidentais, que tem viabilizado uma compreensão adequada, para além dos preconceitos do senso comum e dos interesses materiais comezinhos, de seus costumes e modos de vida. Mais que isso, o exercício da Antropologia, e em especial os trabalhos de perícia antropológica, demandam um comprometimento ético-moral profundo com os povos de cujos modos de vida nos tornamos íntimos ao longo de nosso investimento, seja para fins acadêmicos ou técnicos, em especial, no sentido de levar a sério o seu ponto de vista e suas tradições, tratar o tema e o grupo com honestidade, e assumir responsabilidades, para com o grupo, sobre o resultado de seu trabalho.

Assim, a produção da verdade científica em Antropologia, isso estando consignado em numerosos códigos de ética de associações como a nossa, passa pelo ponto de vista daqueles com que estudamos e convivemos, sendo nosso papel traduzir com objetividade esse ponto de vista. São os conteúdos teóricos da disciplina e o método cien-

tífico que possibilitam que o imperativo ético se combine com a visão da imparcialidade demandada pelo Direito, o que tem feito que com freqüência se demande o trabalho pericial do antropólogo na esfera jurídica, em especial na ação do Ministério Público Federal e na atenção a demandas da magistratura.

As matérias publicadas e disseminadas na imprensa escrita, em torno da identificação da terra indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, ou acerca da identificação de terras de quilombos revelam não apenas o desconhecimento sobre a pesquisa e a perícia antropológica. Colocam-se na contramão da ação legalmente definida dos órgãos públicos, demonstrando má-fé no imperativo da informação e do esclarecimento do grande público quanto aos direitos indígenas e de quilombolas. Assim agindo, esse segmento da imprensa demonstra a violência de seu poder, ao praticar o exercício unilateral da crítica, sem dar espaço à voz dos antropólogos reconhecendo-lhes o direito de resposta nesses e em numerosos casos de que esses profissionais tem sido objeto, colocando-nos a questão: há algum princípio ético-moral no trabalho desse tipo de imprensa que traveste interesses específicos e econômicos em acusações regadas a um nacionalismo ralo e a tons desrespeitosos e superficiais?

Luís Roberto Cardoso de Oliveira
Presidente da Associação Brasileira de Antropologia.
Professor de Antropologia da UNB



Na Câmara

Audiência Pública chamada por Ângela Amim reuniu na Comissão de Educação e Cultura as entidades representativas (Apufsc, Andes, Andifes etc) e o reitor da UFSC em defesa da valorização dos salários e manutenção definitiva da URP.

A FEESC não entrega os pontos

O Conselho Curador da Fundação do Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC), em função de recente intervenção judicial, veio a público manifestar sua convicção da importância da FEESC para o ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e de seu comprometimento em preservá-la. Instituída em 1966, a FEESC tornou-se elemento fundamental para o destaque e a excelência que a área tecnológica alcançou na UFSC e em Santa Catarina.

Há mais de quatro décadas a FEESC tem sido a ponte que une a UFSC, em especial o Centro Tecnológico – CTC, com empresas e agências de fomento nacionais e internacionais. O Ensino, a Pesquisa e a Extensão tecnológica alimentam-se, além do saber científico, da interação com o setor industrial, suprimindo suas necessidades permanentes de inovação. Centenas de empresas brasileiras já desenvolveram milhares de projetos de pesquisa inovadores em parceria com a FEESC, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade ao gerar emprego e renda para milhares de pessoas.

A maioria dos laboratórios de ensino e pesquisa do Centro Tecnológico da UFSC mantém equipamentos, pessoal e processos tecnologicamente atualizados em decorrência desses projetos. Milhares de alunos de graduação e pós-graduação foram e continuam sendo beneficiados com bolsa ao participarem destas atividades de pesquisa, o que, em muitos casos, viabilizou seus estudos. Em adição a tudo isso, a grande

contribuição é a formação de um profissional enriquecido com conhecimento, tornando-o referência no mercado de trabalho brasileiro.

A recente intervenção judicial provocada por ação do Ministério Público Estadual e baseada em questões fiscais apontadas por auditoria da Receita Previdenciária, que já estavam sendo sanadas pela Diretoria, colocou a FEESC na mídia. Receamos que a repercussão das notícias possa prejudicar de forma irreversível a credibilidade da própria universidade junto à comunidade industrial brasileira e aos órgãos financiadores, comprometendo um trabalho árduo, sério e dedicado de muitos pesquisadores ao longo de 40 anos. É muito importante que as sociedades catarinense e brasileira continuem acreditando e reconhecendo a importância da Fundação e nos ajudando a construir e aperfeiçoá-la.

Este Conselho envidará todos os esforços para que a FEESC retome a sua autonomia o mais rápido possível, com a certeza de que sairá fortalecida e que continuará colaborando com a UFSC, com o país e com Santa Catarina.

Lúcio José Botelho
Reitor da UFSC
Ariovaldo Bolzam
Vice-reitor da UFSC
Julio Felipe Szeremeta
Diretor do CTC; e subscrito também pelos nove chefes de departamento do CTC

Ostras saudáveis

Pesquisa indica que água do Ribeirão da Ilha está própria para a maricultura

Arley Reis

Jornalista na Agecom

Apreciadores de ostras podem comer o molusco cultivado no Ribeirão da Ilha, principal produtor nacional, com mais tranquilidade. Uma pesquisa desenvolvida na UFSC mostra que a água do local é própria e que as ostras produzidas estão dentro dos padrões sanitários.

Os resultados já foram apresentados aos integrantes da Associação dos Maricultores do Sul da Ilha (Amasi), parceira no desenvolvimento do trabalho. Os testes integram um amplo projeto da UFSC aprovado pelo CNPq e que tem como objetivo monitorar a qualidade higiênico-sanitária de águas de cultivo e de moluscos produzidos na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina. Apesar da importância do Estado no cenário da maricultura nacional, não existiam dados tão amplos sobre a qualidade bacteriológica da água de cultivo.

As análises da água e das ostras in-



Foto: Divulgação

tegram a dissertação de mestrado de Roberta Juliano Ramos, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Alimentos, ligado ao Centro de Ciências Agrárias da UFSC. Foram realizadas 15 coletas de água e de ostras num período de 12 meses, em seis pontos do Ribeirão da Ilha: Caieira da Barra do Sul, Tapera do Ribeirão, Costeira do Ribeirão, Freguesia do Ribeirão, Barro Vermelho e Tapera da Base Aérea. Noventa amostras água e 180 de ostras foram avaliadas e comparadas a padrões nacionais e internacionais.

O trabalho levou em conta que há dois grupos de bactérias que contaminam os produtos marinhos. Existem aqueles que estão naturalmente presentes no ambiente aquático, como o *Vibrio spp*, e outros que são relacionados à contaminação por resíduos humanos (saídas de esgotos, por exemplo) ou de animais (como fezes de pássaros).

As análises da água - Nas águas de cultivo foram realizados ensaios microbiológicos para contagens de coliformes a 35°C (coliformes totais), coliformes a 45°C (coliformes fecais ou termotolerantes) e *Escherichia coli*. O grupo dos coliformes, que inclui tanto bactérias que fazem parte do sistema gastrointestinal humano como outras não relacionadas ao intestino, são muito utilizados como indicadores de qualidade higiênico-sanitária.

O grupo dos coliformes a 45°C é o principal parâmetro utilizado tanto na legislação brasileira como em legislações internacionais, e como possui pouca tolerância à salinidade das águas do mar, sua detecção neste ambiente revela uma descarga constante de esgoto. A *Escherichia coli* é a mais impor-

tante bactéria do grupo dos coliformes a 45°C, sendo um significativo indicador de qualidade higiênico-sanitária (sua presença indica contaminação fecal recente) e quando presente em grandes quantidades pode causar intoxicação alimentar.

De acordo com Roberta, todos os resultados encontrados estão de acordo com os parâmetros estabelecidos, não só pela legislação brasileira, como com parâmetros internacionais, estando, portanto, todas as regiões aptas para o cultivo de moluscos.

Sanidade das ostras - Na carne das ostras foram realizadas análises bacteriológicas para verificação dos coliformes a 35°C e 45°C, de *Escherichia coli*, Estafilococos coagulase positivo, *Salmonella spp* e *Vibrio spp*. Também neste caso os resultados estavam coerentes com os parâmetros indicadores de qualidade.

No caso de *Salmonella spp* - uma das mais comuns bactérias relacionadas às infecções alimentares - nenhuma das 180 amostras analisadas estava contaminada, atendendo a RDC 12/2001 - ANVISA, que estabelece ausência de *Salmonella ssp*. em 25g de amostra. A *Escherichia Coli*, que em elevadas contagens pode causar intoxicação alimentar, com reações que incluem diarreia e vômitos), e que foi isolada em 42% das amostras de água, na grande maioria das amostras de ostras não foi detectada. Além disso, nas amostras em que foi confirmada a presença deste microrganismo, as contagens foram bastante baixas.

Em relação às contagens de Estafilococos coagulase positivo, que estão diretamente relacionadas à higiene dos

manipuladores de alimentos, e em presença elevada podem também levar a um intoxicação alimentar, os testes mostraram padrões adequados. O trabalho também permitiu análises sobre as condições de temperatura, salinidade, turbidez e pH das águas de cultivo, verificando a existência de correlação entre estes parâmetros e níveis de contaminação, tanto nas águas de cultivo como nas ostras.

Alertas - Apesar dos resultados positivos, a dissertação traz recomendações para regiões de maricultura e alerta poder público e população para a necessidade de implantação de sistemas de saneamento básico em regiões onde são cultivados moluscos destinados à alimentação humana. Uma das recomendações é a manutenção de programas de monitoramento constante.

"É importante deixar claro a necessidade de monitoramento contínuo das áreas de cultivo", ressalta a professora Cleide Rosana Vieira Batista, orientadora do trabalho. Ela lembra que a qualidade do ambiente aquático varia segundo condições do clima, das marés e correntes marinhas. "A maricultura é muito diferente da produção de um alimento dentro de uma fábrica, onde as condições são controladas", ressalta a professora. O projeto aprovado pelo CNPq prevê como próximo passo um trabalho junto aos maricultores para esclarecimento e difusão de boas práticas de cultivo.

Mais informações: Roberta Ramos, fone 3721 5379, email robertajulianoramos@yahoo.com.br e Cleide Rosana Vieira Batista, fone 3721 5378, cbatista@mbox1.usfc.br

Moluscos sustentáveis

Talita Fernandes

Bolsista de jornalismo na Agecom

O Programa de Pós-graduação em Ciência dos Alimentos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentou em março desse ano um software para rastrear a cadeia produtiva de moluscos. O trabalho é resultado da dissertação de mestrado "Sistema de Gerenciamento da Rastrealidade para a Cadeia Produtiva da Milicultura", defendida por Charles Sühnel, que desenvolveu o programa com a contribuição do professor Fernando Augusto da Silva Cruz, do Departamento de Informática e Estatística da universidade. "O sistema visa a sustentabilidade através do monitoramento e acompanhamento do ambiente marinho onde são cultivados os moluscos, garantindo, assim, a continuidade da atividade para as gerações presentes e futuras", explica Sühnel.

A idéia é monitorar a cadeia produtiva nas etapas de coleta e engorda de sementes, industrialização e comercialização, levando ao consumidor final um alimento rastreado com segurança e preocupação ambiental, garantindo a disponibilidade contínua de moluscos.

Santa Catarina é responsável por 90% da produção de moluscos em todo o país. No ano passado foram produzidas 14.756,9 toneladas em 12 municípios do litoral catarinense, localizados entre São Francisco do Sul - norte do Estado- ao município de Palhoça, que

fica na grande Florianópolis.

Testes já foram feitos em uma fazenda marinha no município de Celso Ramos, na grande Florianópolis. "Mas é claro que melhorias serão acrescentadas", afirma Charles Sühnel. "Existem diversas formas de alimentação dos dados no software, porém estas questões dependem dos encaminhamentos que o Governo do Estado dará para o sistema". A proposta é ampliar a produção em todo o Estado, com um produto de alta qualidade, visando inclusive à exportação. Santa Catarina é responsável por 90% da produção de moluscos no Brasil.

Sühnel aponta a possibilidade da utilização do material que desenvolveu no programa da SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do Governo Federal, devido à semelhança dos objetivos de ambos, destacando que o software foi desenvolvido numa das principais instituições de pesquisa do Estado, a UFSC.

O Programa Nacional de Desenvolvimento da Maricultura em Águas da União é implementado pela SEAP em parceria com Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério da Agricultura. Tem como meta desenvolver uma página na internet onde será catalogada toda a produção de moluscos, desde a coleta de sementes até a comercialização. Até o dia 12 de julho foram realizadas audiências públicas em várias cidades catarinenses para a im-

plantação do programa.

O software desenvolvido por Charles está disponível em www.moluscos.com.br/moluscos/. Outros detalhes sobre a SEAP e o Programa Nacional de Desenvolvimento da Maricultura em Águas da União podem ser encontrados em www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/.

Mais informações com Charles Sühnel, (048) 3225-2983 ou 9926-6804.



Foto: Divulgação

Antes de tudo, pessoas

De recursos humanos ao desenvolvimento de potencialização de pessoas, planejamento é a chave para capacitação profissional

O Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas (DDPP) da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRDHS), por meio da Divisão de Capacitação e Afastamento para Formação (DCAF), vem apostando no planejamento e execução de cursos de capacitação profissional. A DCAF tem como principais atividades o planejamento, a execução e a avaliação de cursos de educação formal e de capacitação profissional, bem como a coordenação dos afastamentos para formação dos servidores técnico-administrativos e também dos docentes quando se trata de licença capacitação.

De 2004 a 2007, as ações de capacitação promovidas pela DCAF podem ser assim resumidas, em termos de servidores atendidos: Educação Formal: Curso de Especialização em Gestão Hospitalar – 28 servidores; Programa de Educação Permanente para os Servidores da UFSC – PREPESUFSC (período 2004 - 2006) – 71 servidores. Cursos de Capacitação Profissional: Cursos de Línguas Estrangeiras (em parceria com o Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras) – 310 servidores; Preparação para o Vestibular (em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação) – 82 servidores; Projeto Oficinas na área de Informática (período 2004 e 2005) – 955 servidores e alunos; cursos de Capacitação Profissional – 140 servidores e Módulos de Capacitação Profissional – 1617 servidores.

A atuação da DCAF também pode ser conferida no atendimento de servidores em cursos e eventos de curta duração, através da rubrica "Qualificação Profissional", que beneficiou 1453 servidores no período de 2004/2007. A DCAF/DDPP ainda coordena e operacionaliza os trâmites dos processos de afastamento para formação. No período de 2004/2007, foram 198 servidores que se afastaram de suas atividades em busca de aperfeiçoamento profissional.



Na UFSC, 198 servidores deixaram de suas atividades para se aperfeiçoar no período de 2004 a 2007

Trabalhadores enquadrados

Portaria nº 318/GR/2007, de 10 de abril de 2007, encerrou os trabalhos da Comissão de Enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), de que tratam as Leis nº 11.091/2005 e nº 11.233/2005.

A Comissão foi constituída pela Portaria nº 057/GR/2005 e foi responsável pelo enquadramento de 4.209 servidores da UFSC no novo Plano de Carreira. Basicamente foram duas as etapas de enquadramento: na primeira fase, o servidor foi posicionado no Nível de Classificação, de acordo com a Tabela de Correlação anexa à Lei, e no Padrão de Vencimento, de acordo com os anos trabalhados no Serviço Público Federal. Na segunda fase, o servidor foi posicionado no Nível de Capacitação, bem como foi concedido o percentual Incentivo à Qualificação, de acordo com os cursos de capacitação e de educação formal apresentados pelo servidor na primeira fase.

Esta segunda fase gerou 376 processos de recursos, dos quais 64 foram deferidos, 184 indeferidos e os demais foram encaminhados administrativamente para as providências cabíveis. Dos recursos indeferidos, parte destes ainda está sendo analisada, na instância do Conselho Universitário, conforme prevê a legislação.

O PCCTAE passa a ser gerenciado pelo Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas (DDPP) da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRDHS), que é a unidade responsável pela implementação do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do PCCTAE na UFSC.

Reformas em colégio agrícola

A reforma do prédio central, a recuperação de salas de aula, a atualização do laboratório de informática, a construção de outras instalações físicas e a pavimentação de ruas internas compõem o conjunto de obras entregues no dia 6 de julho no Colégio Agrícola de Camboriú, vinculado à UFSC.

Cerca de R\$ 1,1 milhão foi investido nos trabalhos, que contemplaram também a ampliação da cozinha e do refeitório e a recuperação de equipamentos do setor de bovinocultura de leite, de beneficiamento de banana e do matadouro. Além de atender às necessidades do colégio, essas obras ajudam a comunidade local, por meio da formação de mão-de-obra especializada, dirigida ao mercado da região. Instalado numa área de 193 hectares, o Colégio Agrícola atende a mais de mil alunos e oferece os cursos de Agropecuária, Informática, Meio Ambiente, Transações Imobiliárias, Ensino Médio e Profissionalização de Jovens e Adultos (Proeja). O evento foi prestigiado pela Administração Central da Universidade.

A Universidade sem Raul Guenther

Professor do Departamento de Engenharia Mecânica, Raul Guenther, morto em um acidente de carro na BR-101 no dia 23 de julho, foi um dos fundadores do PT em Santa Catarina e candidato a governador do Estado em 1982. Concorreu a vice-reitor em 2003 na chapa da profes-



Foto: Arquivo Agecom

sora Joana Pedro e foi Secretário Geral da Andes (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior). De 1982 a 1984 ocupou a presidência da Associação dos Professores da UFSC (Apufsc) e coordenou a organização da primeira eleição direta para reitor. Graduado em Engenharia Mecânica pela UFSC em 1976, com doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Guenther era Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1D. Atuava especialmente na área de Projetos de Máquinas e suas pesquisas incluíam robôs manipuladores, controle adaptativo, acionamentos elétricos e transmissões flexíveis. Era um dos coordenadores do Projeto Roboturb. (ARS)

UFSC perde pioneiro

A área médica catarinense acabou de perder um de seus nomes mais consagrados. Roldão Consoni, paulista que desde 1943 estava radicado em Florianópolis, onde foi um dos fundadores e o primeiro diretor da Faculdade Catarinense de Medicina, morreu no dia 1º de julho, aos 92 anos. Ele também teve atuação destacada como vice-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, na gestão do reitor Caspar Erich Stemmer, e com vários colegas médicos lutou pela criação do Hospital Universitário da UFSC.

Diplomado pela Faculdade de Medicina de São Paulo, Roldão Consoni veio para Florianópolis com 28 anos de idade, quando a Casa de Saúde e Maternidade São Sebastião precisou de um cirurgião para substituir o então titular, Richard Gottsmann, preso sob a acusação de desempenhar atividades nazistas na cidade. Na capital paulista, onde fazia estágio na época, Consoni foi colega do renomado médico Euríclides de Jesus Zerbini.

Embora tivesse o plano de retornar a São Paulo após alguns anos, ele acabou permanecendo na cidade, onde constituiu família e se envolveu em projetos importantes, como a criação, em 1960, da Faculdade de Medicina, embrião da Universidade Federal. Aqui, também ajudou a fundar o Conselho Regional de Medicina e foi patrono da cadeira nº 7 da Academia Catarinense de Medicina.

Há dois anos, Consoni lançou o livro *Fundação da Faculdade de Medicina – Reminiscências & Dados Históricos*, que relata a história da luta pela criação do curso e os desdobramentos posteriores. Ali, ele escreveu: "A Faculdade de Medicina constituiu, inegavelmente, um marco substancial no concerto das demais escolas irmãs da universidade e, seguramente, o núcleo fundamental para alavancar e pressionar as autoridades competentes no sentido de propiciar a construção da grande meta final do ensino médico – o Hospital Universitário –, supremo anseio de toda a classe médica e da juventude estudiosa".



Foto: Arquivo Agecom

Roldão Consoni (esq) toma posse no cargo de vice-reitor ao lado do ex-reitor Caspar Erich Stemmer



O Serviço Social, a Filosofia, a Teologia e principalmente a comunidade lamentaram a falta da professora Matilde Vieira, falecida no dia 6 de julho, aos 80 anos. A professora exercia a coordenação de Associação de Professores, representava a ins-

tituição em congressos e criou grupos de Renovação Carismática Católica. Trabalhou com a professora Antonieta de Barros e, mesmo afastada da UFSC, exercia atividades junto à universidade, e era sempre tida como uma pessoa querida, reconhecida e respeitada pela comunidade universitária.

Pesquisas da UFSC em saúde melhoram a qualidade de vida

Complexa epidemia

Pesquisa comprova presença do subtipo C do vírus da AIDS em Santa Catarina

Arley Reis

Jornalista da Agecom

A UFSC colabora com o entendimento sobre a complexidade da AIDS. Estudo recente desenvolvido na universidade foi aceito para publicação em um conceituado jornal da área de virologia – o *Journal of Medical Virology* – e confirma cientificamente o panorama de prevalência do subtipo C do vírus HIV em Santa Catarina. O estudo foi desenvolvido pelo Laboratório de Imunologia Aplicada, ligado ao Departamento de Microbiologia e Parasitologia do Centro de Ciências Biológicas da UFSC. O mesmo laboratório participa de pesquisas para desenvolvimento de uma vacina contra a AIDS e este ano submeteu ao Ministério da Saúde projeto para estudar a resistência de subtipos do vírus HIV aos coquetéis de medicamentos.

A diversidade do vírus - Uma das principais características do vírus HIV é sua diversidade genética, sendo classificado em tipos, grupos, subtipos e formas virais recombinantes. Assim como acontece na América Latina, Europa Ocidental e Estados Unidos, no Brasil existe um predomínio do subtipo B. Em São Paulo, por exemplo, 90% dos indivíduos soropositivos apresentam esse vírus.

Na Região Sul, no entanto, há indicações de que prevalece o vírus do subtipo C - mas essa premissa é baseada em estudos que foram realizados principalmente com amostras coletadas no Rio Grande do Sul. Levantamentos específicos para o Paraná e Santa Catarina são raros até o momento.

A pesquisa realizada na UFSC e aceita para publicação no *Journal of Medical Virology* comprova que o subtipo C está presente no Estado. O estudo foi realizado a partir de 100 amostras de sangue coletadas em pacientes atendidos no Hospital Regional de São José, que recebe pacientes de todo o Estado. Entre as amostras analisadas, 48% apresentaram esse subtipo, 23% foram classificadas como subtipo B e o restante das amostras são formas recombinantes, ou seja, um misto entre os subtipos B e C. Trata-se da primeira descrição científica do subtipo de vírus HIV circulante em Santa Catarina. Os estudos foram realizados a partir de técnicas de biologia molecular e seqüenciamento genético do vírus.

De acordo com o professor Aguinaldo Roberto Pinto, um dos coordenadores dos trabalhos relacionados à AIDS na UFSC, estudos do gênero são estratégicos para conhecimento da doença. Há especulações entre os estudiosos de que a diversidade do vírus pode estar associada a maior ou menor capacidade de transmissão da doença. O subtipo C seria uma linhagem mais facilmente transmissível – quantidades menores de vírus já possibi-

litariam sua transmissão. "São indicações sobre a epidemiologia da doença que fazem com que alguns pesquisadores acreditem que a AIDS está mudando no Brasil e pode ser que o vírus do subtipo B seja substituído pelo C", comenta o professor.

Segundo ele, esse tipo de conhecimento é também importante para proteção contra a AIDS, pois a grande diversidade entre os subtipos tem representado um desafio para o desenvolvimento de vacinas. A expectativa entre os pesquisadores é de que no futuro esses estudos possam colaborar com o desenvolvimento de vacinas específicas para os diferentes subtipos do vírus. Há também possibilidades de que estas informações possam colaborar com tratamentos específicos, permitindo a escolha de diferentes coquetéis com base no tipo de vírus que atinge o paciente.

Resistência a medicamentos - O grupo que integra o Laboratório de Imunologia Aplicada da UFSC quer ampliar as pesquisas e submeteu este ano um novo projeto ao Programa Nacional de DST e AIDS, do Ministério da Saúde. A idéia é dar continuidade aos estudos sobre o subtipo de vírus HIV prevalente em Santa Catarina, estendendo a pesquisa também para o Paraná. Se for aprovado, o financiamento vai ainda permitir que a UFSC estude a resistência de diferentes subtipos do vírus HIV aos medicamentos.

O grupo da UFSC alerta no projeto que Santa Catarina é um dos estados brasileiros que apresenta uma das mais elevadas taxas de incidência de AIDS, mas nenhum estudo foi realizado até o momento para detectar a presença de mutações que tornam o vírus resistente aos anti-retrovirais. Com o projeto o grupo espera obter informações que respondam a duas perguntas: "Quais os subtipos de HIV que estão circulando nos Estados do Paraná e Santa Catarina" e "Quais as principais mutações que conferem resistência primária à anti-retrovirais e estão presentes no HIV circulante nos Estados do Paraná e Santa Catarina".

A proposta prevê o envolvimento de 200 pacientes que ainda não começaram a receber medicações e que são atendidos em três cidades: São José (SC), Maringá (PR) e Londrina (PR). Unidades de saúde nestes municípios já foram contactadas e concordaram em participar do estudo.

O novo projeto envolve uma série de instituições, sendo coordenado pela UFSC. Se aprovado vai permitir a cooperação científica entre UFSC, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá e Instituto Adolfo Lutz, de São Paulo. Vai também promover a integração entre as univer-



sidades e os serviços clínicos que atendem indivíduos soropositivos. Os dados serão utilizados em trabalhos acadêmicos e permitirão a formação de recursos humanos capacitados na área de epidemiologia molecular do HIV.

A aprovação do novo projeto vai possibilitar que a UFSC continue os estudos até 2009. O laboratório da universidade é encarregado de estudar a resposta imune (a forma de proteção do organismo contra microorganismos patogênicos) quando a vacina é administrada pelas vias intranasal ou intravaginal.

O tecido vaginal é motivo de preocupação porque uma das principais formas de transmissão do HIV é por via sexual. As mulheres são as mais atingidas. A administração intranasal tem sido estudada pois vacinas administradas no nariz levam à indução de resposta imune na vagina.

A maioria das vacinas contra o HIV, inclusive a que está sendo pesquisada na UFSC, não impede a infecção. Ela muda o grau de evolução da doença. O indivíduo é infectado, mas não desenvolve os sintomas imediatamente. Não se sabe ainda se a vacina impede os sintomas ou somente os retarda. Outra vantagem é que a vacina diminui a quantidade de vírus no corpo da pessoa, fazendo com que a probabilidade de transmissão seja menor.

O projeto é financiado pelo Ministério da Saúde, com verbas do Programa Nacional de DST e AIDS e contou também com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Na UFSC as pesquisas estão em fase experimental, com testes em camundongos, mas no Instituto Wistar os pesquisadores já trabalham com chimpanzés, que é a chamada fase pré-clínica.

Mais informações com professor Aguinaldo Roberto Pinto, Fone (48) 3721.5206, pintoar@ccb.ufsc.br.



O vírus HIV se classifica por tipos, grupos, subtipos e formas virais recombinantes. Na América Latina, Europa Ocidental, Estados Unidos e Brasil há predomínio do subtipo B, mas na Região Sul do país há indícios de que o subtipo C é o que prevalece

Continua

Continuação

Sem traumas

Fotos: Jones Bastos

As pesquisas respondem, basicamente, duas perguntas:

1) Quais os subtipos de HIV que estão circulando no PR e SC?

2) Quais as principais mutações que conferem resistência primária à anti-retrovirais e estão presentes no HIV circulante no PR e SC?

Hospital Universitário comemora dez anos de Residência na área de cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial

Fernanda Rebelo
Bolsista de Jornalismo na Agecom

A correção da fenda lábio-palatino é um dos mais complexos e longos procedimentos atendidos pela Residência em Cirurgia e Traumatologia Bucamaxilofacial do Hospital Universitário da UFSC. A equipe atende também pacientes que necessitam de implantes dentários, reconstruções ósseas e da gengiva, correção de fraturas de ossos da face. A atuação do HU nesse campo é referência em Santa Catarina e comemora, no mês de julho, dez anos.

O professor José Nazareno Gil, idealizador da residência, conta que antes da criação do curso já havia a iniciativa de disponibilizar os tratamentos no Hospital Universitário. Durante seis anos, antes da definição da residência, Nazareno fazia cirurgias de casos que, eventualmente, apareciam no HU. Os hospitais Celso Ramos, Flórida-nópolis e Caridade eram os principais na área nessa época.

O tratamento bucomaxilofacial foi se popularizando com a criação da especialização e o trabalho no HU evoluiu junto com os atendimentos feitos através do Sistema Único de Saúde. Hoje, o hospital é referência neste tipo de tratamento. A equipe que atua no HU atende também no Hospital Celso Ramos e no Centro de Especialidades Odontológicas da UFSC, sendo composta por três residentes e os professores Nazareno e Humberto Cherem.

A residência - O cirurgião bucomaxilofacial é um odontólogo que realiza técnicas cirúrgicas na face. Após a residência, o especialista está pronto para tratamentos diversos, como remoção de dentes sisos, tratamento de infecções e lesões patológicas na cavidade oral, implantes dentários, enxertos ósseos para posterior colocação de implantes. Atua também em cirurgias de reestruturação do esqueleto facial, corrigindo as deformidades e posicionando os ossos harmoniosamente em relação à base do crânio.

No HU, a cada ano, é selecionado, dentre 20 a 30 candidatos, um residente que em três anos ganha o título de especialista bucomaxilofacial. O trabalho dos estudantes é integral - todos os dias eles estão de sobreaviso.

Atendimento - O atendimento funciona com consultas marcadas pelo SUS, para pacientes de todo o Estado e casos de emergências. Os residentes Felipe Eduardo Baires e Jonathas Claus explicam que todas as terças-feiras são recebidos cerca de 30 pacientes no Hospital Universitário, divididos em primeira consulta, retornos e ainda vagas para emergências. Felipe diz que são feitas cerca de 40 cirurgias por mês. Embora cada residente tenha sua agenda, os casos são compartilhados e muitos pacientes são encaminhados para o restante

da equipe.

Entre os procedimentos mais comuns estão os de dentes inclusos. As cirurgias nos ossos da face são as técnicas mais complexas da área. O tratamento de correção de fenda lábio-palatino é um dos procedimentos mais longos e requer uma parceria com outras especialidades, como psicólogos, nutricionistas e cirurgiões plásticos.

Tratamento prolongado - A fenda lábio-palatino é uma anomalia genética que ocorre durante a formação e desenvolvimento do feto, resultando em uma comunicação buco-nasal. Nazareno e o residente Jonathas explicam que a fenda é traumática, pois desde criança a pessoa sofre com a voz anasalada e com a má formação de dentes e do lábio. Fora a parte estética, a anomalia provoca problemas nutricionais, por causa da comunicação buco-nasal e problemas na engrenagem dos dentes (mordida e movimentação). Na UFSC existe um núcleo de atendimento para pacientes com a deformidade.

O processo de correção é longo, começa aos três meses de vida, com uma correção no lábio. Depois, com um ano e meio a criança se submete a uma cirurgia que corrige o céu da boca e, aos sete anos, há o tratamento ósseo, com preenchimentos e enxertos. Após os dentes formados, há o tratamento ortodôntico.

Ensino, pesquisa e extensão - O professor José Nazareno Gil reforça a parceria da equipe de cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial com os alunos da graduação em Odontologia. No currículo do curso estão as disciplinas Traumatologia Bucamaxilofacial e Clínica Integrada, onde os alunos trabalham e compartilham experiências e procedimentos com a equipe.

A pesquisa é constante na residência. O coordenador explica que os casos atendidos pelos residentes no Hospital Universitário e nos outros locais resultam em trabalhos científicos sobre as deformidades estudadas. A equipe tem um vasto banco de dados, com registros de todos os pacientes, cada consulta e cirurgia, com fotografias e radiografias. O material é necessário também para acompanhamento e controle de pacientes que sofrem tratamentos longos.

Os dados sobre cistos intra-ósseos (tumores bucais, dentro dos ossos, que podem ser benignos ou malignos), por exemplo, foram organizados em um livro publicado pela Editora Santos - especializada em livros de Odontologia, Medicina e áreas afins, como fonoaudiologia, enfermagem, fisioterapia. O residente Jonathas Claus é co-autor da publicação de José Nazareno Gil e Adércio Miguel Domingues.

Outras informações no telefone 8408 7827, com Felipe Eduardo ou Jonathas Claus - 8414 1828.

Daniel Ludwich
Bolsista de Jornalismo na Agecom

No dia 11 de maio de 2007 um mundo novo se abriu para Rita Ângela Borges Bez Birolo. Um mês e meio depois de ser submetida à primeira cirurgia de Implante Coclear do Hospital Universitário (HU), a menina de cinco anos ouviu pela primeira vez os sons que a cercam. Dentro daquela sala do Laboratório de Estudos da Voz e Audição (LEVA), onde teve o seu implante ativado, Rita deixou para trás toda uma vida de silêncio.

Maria Madalena Pinheiro, fonoaudióloga do LEVA, conta que Rita percebeu os primeiros sons com surpresa. Pouco mais de dois meses após a ativação, a menina de Jacinto Machado - município do extremo sul do Estado - já responde bem aos estímulos sonoros e passa agora por uma terapia fonoaudiológica. "Ela é necessária para a compreensão dos sons que Rita nunca ouviu antes, ou seja, a terapia dá significado à informação auditiva", explica Madalena.

Rita nasceu com perda auditiva profunda, só diagnosticada após o seu primeiro ano de vida. Depois de dois anos submetendo a criança ao uso de próteses auditivas, a mãe parou de insistir nos aparelhos e solicitou à Secretaria de Estado da Saúde que custeasse a cirurgia da filha. A estratégia deu certo e a menina pôde realizar o seu implante gratuitamente no Hospital Universitário.

Pelos critérios do Sistema Único de Saúde (SUS), a menina já estava em uma idade limite para a realização da cirurgia. "Quanto maior a idade, maiores serão as dificuldades encontradas no desenvolvimento da linguagem oral", revela Madalena. Adultos e crianças que tenham perdido a audição após o período de aquisição dessa linguagem, por sua vez, não apresentam esse tipo de problema. "O sucesso vai depender da compreensão prévia da linguagem oral que o paciente apresenta", resume.

Recursos - A cirurgia de implante coclear é muito cara e o Ministério da Saúde não lança uma portaria para habilitar hospitais a realizá-la através do SUS desde 1999. Pelo fato de não estar entre os habilitados, mesmo possuindo o pessoal e as condições técnicas necessárias, o HU não pode realizar esse tipo de procedimento com a frequência desejada. De qualquer forma, o caso da menina Rita - segundo Madalena - já pode ser considerado um marco. "Quando a portaria for lançada, o HU vai dar provas de que tem condições de realizar esse tipo de procedimento."

Aparelho Auditivo X Implante Coclear - Os aparelhos auditivos apenas amplificam os sons, o que, em muitos casos, não traz benefícios a pessoas com uma perda auditiva severa. Dessa forma, não importa o quão intenso é o som produzido pelo aparelho - o ouvido do paciente não conseguirá processar essa informação.

Um implante coclear, por sua vez, não amplifica os sons. Ele fornece informação sonora útil ao estimular diretamente as fibras neurais remanescentes na cóclea - o órgão sensorial da audição. Assim, mesmo pessoas com deficiência profunda da audição podem passar a perceber os sons.

Mais informações: Laboratório de Estudos da Voz e Audição - 3721 9118



A inclusão na universidade pública

A UFSC é a 17ª universidade federal a assumir a política de ações afirmativas, contemplando alunos oriundos de escolas públicas, negros e indígenas

Paulo Clóvis Schmitz
Jornalista na Agecom

A política de ações afirmativas para estudantes egressos de escolas públicas, negros e indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina já é uma realidade. A partir do próximo vestibular, 20% das vagas serão destinadas a candidatos oriundos de escolas públicas, 10% para negros, também formados no ensino público (fundamental e médio), e cinco vagas serão reservadas a indígenas. A decisão foi tomada em reunião do Conselho Universitário realizada no dia 10 de julho, com a participação de representantes do movimento negro, de comunidades indígenas, de estudantes e da comunidade. A UFSC é a 17ª instituição federal de ensino superior a adotar o sistema de cotas, antecipando-se a uma lei sobre o assunto que tramita no Congresso Nacional. O edital do vestibular 2008, que oferece 4.095 vagas, já estará

adaptado à nova regra vigente.

Tema polêmico, que encontra apoiadores e opositores em diferentes camadas sociais, essa política se insere no contexto do Programa de Ações Afirmativas da Universidade e leva em conta as peculiaridades sociais e étnicas de Santa Catarina. Caso o percentual de negros oriundos de escolas públicas aprovados no vestibular não atinja o patamar de 10%, as vagas restantes serão destinadas a jovens negros vindos de estabelecimentos de ensino não-públicos. A decisão do Conselho vigora durante os próximos quatro anos, após o que poderá sofrer os ajustes que se mostrarem necessários.

O reitor da UFSC, Lúcio José Botelho, destacou "a maneira madura e serena com que a questão foi conduzida por todos os envolvidos", apesar das discordâncias existentes em alguns pontos do projeto. Ao sair da sala do encontro, o reitor e os membros do Conselho foram aplaudidos pelos

estudantes que aguardavam a decisão no andar térreo da reitoria da UFSC.

O professor Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, membro do Conselho de Ações Afirmativas e do Conselho Universitário, disse que no vestibular os candidatos beneficiados pelas cotas vão se submeter aos mesmos critérios de avaliação demais postulantes, como não zerar em nenhuma prova e na soma do conjunto das questões dissertativas (*veja quadro*).

Na inscrição, os candidatos devem informar se querem concorrer pelo sistema de cotas. No caso das vagas destinadas a estudantes de escolas públicas, eles deverão comprovar que estudaram em instituições das redes municipal, estadual ou federal durante todo o ensino fundamental e médio. No caso dos negros, além desse atestado, eles devem se autodeclarar negros ou pardos. A relatora do processo das cotas na UFSC, Viviane Heberle, diz que será levado em conta "o fenótipo (aspectos físicos) que caracterize o estudante como negro na sociedade".

Professor do Departamento de Química, Tragtenberg considera positivo o projeto em tramitação no Congresso, pela discussão que provoca, no âmbito da universidade pública, sobre a diversidade sócio-econômica e étnico-racial. No entanto, alguns pontos deveriam ser melhorados, pois a exigência do ensino médio público apenas é insuficiente para determinar um recorte de baixa renda. Para o professor, seria mais recomendável exigir ensino fundamental e médio público. De qualquer forma, as cotas tendem a democratizar o acesso à universidade, sobretudo aos cursos mais concorridos, nos quais é maior a percentagem de alunos vindos de escolas particulares, além de promover a diversi-

dade socioeconômica na universidade.

A proposta encontrou apoios e resistências em todos os estados e instituições brasileiras que já adotaram o sistema de cotas. Cartas têm sido publicadas nos jornais, demonstrando o posicionamento conflitante entre quem apóia e quem condena a medida. No primeiro caso, a alegação passa por questões de justiça e de oportunidades de acesso a classes menos favorecidas ou raças historicamente discriminadas no País. No outro caso, emerge a condenação a eventuais privilégios e ao equívoco de deixar de lado a competência e o mérito dos estudantes que chegam por esforço próprio ao vestibular.

As discussões sobre esse tema começaram na UFSC ainda em 2002 e se intensificaram no ano passado, envolvendo alunos, professores, servidores, instituições externas e movimentos sociais. Uma vez implementada, a medida exigirá da Universidade ações para manter os estudantes beneficiados pelas cotas até o final do curso, em vista de sua situação financeira. Isso implicará em mais gastos da instituição, incluindo itens como moradia e restaurante universitário adequados.

Para concorrer, o candidato:

- Não pode zerar em nenhuma disciplina;
- Deve fazer pelo menos 3 pontos em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira;
- Deve fazer pelo menos 20 pontos no conjunto das outras disciplinas (excetuando Língua Portuguesa e Redação);
- Deve fazer pelo menos 3 pontos (na escala de 0 a 10) na disciplina Redação;
- Deve alcançar pontuação superior a zero no conjunto das três questões discursivas.



Fotos: Arquivo Agecom

Ações afirmativas na UFSC

Por Alita Diana Kuchler
Jornalista na Agecom

O *JU* conversou com o professor Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, do Departamento de Física da UFSC, membro do Conselho Universitário da UFSC, da Comissão de Ações Afirmativas e do GT- Etnia da APUFSC.

JU: Caso o número de negros inscritos para o vestibular não atinja o número de vagas destinadas (10%), o que acontece?

MT: Os 10% são para pessoas prioritariamente oriundas de escola pública - ensino fundamental e médio. Caso não se atinja 10% deste perfil, as vagas serão destinadas a negros vindos de outros estabelecimentos.

JU: As vagas destinadas para escola pública levarão em conta critério socioeconômico, ou qualquer aluno proveniente de escola pública pode se candidatar?

MT: É necessário que o aluno tenha feito toda a educação básica - ensino fundamental e médio em escola pública. Este é o critério.

JU: Como será garantida a manutenção do aluno na universidade?

MT: Já foi aprovada uma proposta. Há um decreto do governo que destina mais recursos para se ter programas de inclusão social, como temos, na UFSC, o "Conexões de Saberes". Quem ingressa por

ação afirmativa terá atenção especial do ponto de vista de formação político-social, para que entenda a importância deste tipo de ação na produção de diversidade socioeconômica e étnico-racial. A proposta é que estes alunos se tornem multiplicadores, formando quadros políticos que contribuam para uma sociedade mais igual deste ponto de vista - sócio-econômico e étnico-racial.

JU: Como será o critério para se avaliar se uma pessoa é ou não negra?

MT: Pela proposta da comissão haverá uma fiscalização. Será levado em conta o fenótipo, que é o que o Brasil usa para discriminar, então será usado para compensar a discriminação. Desde 2003, a Comissão Permanente de Vestibular (Coperve) já usa o critério de autodeclaração e o índice de negros - categoria que inclui pretos e pardos - tem sido de 7 a 9%.

JU: E as vagas para indígenas?

MT: Serão destinadas para os cinco candidatos indígenas melhor classificados, respeitando-se a restrição de que no máximo dois candidatos ingressem em um mesmo curso.

JU: Em relação à Lei 10.693/2003 que trata sobre a inclusão de temáticas africanas como vai a implantação na UFSC?

MT: Vai muito devagar. Com o apoio do GT Etnia da Apufsc e do Departamento de História, contratamos uma excelente professora, que infelizmente não permaneceu.



HUmanizado

Com investimentos de R\$ 1,95 milhão, a UFSC reformou e ampliou a emergência, beneficiando 100% dos pacientes do SUS

Paulo Clóvis Schmitz
Jornalista na Agecom

Fechado desde março para reformas, foi reaberto no dia 30 de julho o Serviço de Emergência e Cirurgia Ambulatorial do Hospital Universitário da UFSC, que atende a cerca de 11 mil pessoas por mês e envolve 80 profissionais, entre médicos, enfermeiros e funcionários técnico-administrativos. Os investimentos chegaram a R\$ 1,95 milhão, sendo R\$ 1,6 milhão com as obras físicas, que alcançaram os 1.150 metros quadrados na unidade, e restante com o mobiliário. Com isso, o HU avança no seu programa de aperfeiçoamento, que culminará, em 2012, com o alcance do nível máximo de qualificação da Organização Nacional de Acreditação (ONA), inédito entre os hospitais públicos no Brasil.

Com as obras, que vieram dez anos após a última reforma da emergência, em 1997, o Hospital Univer-

sitário poderá prestar um atendimento mais humanizado, permitindo que os pacientes sejam encaminhados para os setores responsáveis pelo seu caso de acordo com a gravidade de seu estado clínico. Se a situação envolver risco grave, o usuário é levado para a ala vermelha, onde serão adotados os procedimentos de urgência necessários. Nos demais casos, os pacientes permanecerão nas áreas amarela e verde, onde deverão ser atendidos no período máximo de uma hora.

Os recursos para a readequação da emergência vieram do Governo do Estado, pois 100% dos usuários são vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), da Associação de Amigos do HU, através do leilão de produtos apreendidos pela Receita Federal, e da rede de supermercados Angeloni, que doou um percentual de seu lucro, durante um mês do ano passado, em campanha realizada com o objetivo de auxiliar na recuperação do hospital. Outros investimentos serão

realizados em breve, visando à aquisição de um novo tomógrafo e a realização de transplantes, uma novidade no HU.

O diretor do hospital, Carlos Alberto Justo da Silva, destacou a grande ajuda da Associação de Amigos e a parceria com a Secretaria de Saúde de Florianópolis, que permite o encaminhamento de muitos atendimentos aos postos e a conseqüente redução da sobrecarga da emergência do HU. Para o reitor Lúcio Botelho, as reformas e o alto conceito do Hospital Universitário demonstram que "é possível realizar coisas de excelência na área pública". Ao contrário da maioria dos HUs no Brasil, o da UFSC está saneado e tem uma relação orgânica com a instituição, o que garante a qualidade de seus serviços.

Antes e durante a solenidade, servidores em greve realizaram uma manifestação contrária ao projeto que propõe a transformação dos HUs em fundações, atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Fotos: Jones Bastos



As instalações novas já estão à disposição da comunidade, e servem de suporte para o atendimento mais humanizado que o HU vem aperfeiçoando ao longo dos anos

Novas condições de trabalho na Nutrição e na Anatomia

Fotos: Jones Bastos



O Serviço de Nutrição e Dietética ganhou novas instalações, podendo assim melhorar a qualidade das refeições e se tornar modelo para os alunos da Nutrição. A Anatomia teve todas as salas reformadas e se prepara para melhorar a assistência dada aos alunos dos cursos de Saúde.



Na semana anterior, dia 25 de julho, foram inauguradas as obras no Serviço de Nutrição e Dietética, que recebeu melhorias na cozinha e no sistema de armazenamento de alimentos, aperfeiçoando a qualidade das refeições para os pacientes e se tornando modelo para os acadêmicos do curso de Nutrição da universidade. "Atingiremos um padrão internacional, pelo aumento da capacidade e redução dos custos de produção nesta unidade", diz o diretor do HU, Carlos Alberto Justo da Silva.

Já os investimentos no Serviço de Anatomia Patológica melhoraram as condições de todas as salas e laboratórios. O HU já pode utilizar o laboratório de imuno-histoquímica, para a realização de sofisticados exames de câncer e o diagnóstico de várias doenças, e em breve terá condições de realizar o transplante de órgãos. Mais uma vez, além de aprimorar o atendimento e oferecer serviços de que nenhum outro hospital de Santa Catarina dispõe, o hospital se prepara para dar melhor suporte aos estudantes dos cursos da área da saúde.

O Hospital Universitário da UFSC tem 300 leitos, taxa de mortalidade de primeiro mundo e índice de qualidade referenciado pelo Ministério da Saúde. Na busca de aperfeiçoamento, funcionários do Hospital Universitário participaram em junho do Curso de Especialização em Gestão Hospitalar, realizado pelo Departamento de Desenvolvimento e Potencialização de Pessoas (DDPP) da UFSC. Para entender melhor as peculiaridades dessa área, eles visitaram a Feira de Produtos Hospitalares, em São Paulo, e três hospitais em Porto Alegre.

Universidade apresenta

Paulo Clóvis Schmitz
Jornalista na Agecom

Com o slogan **Formando gerações desde 1960**, o Concurso Vestibular oferece novos cursos e número recorde de vagas

O Vestibular 2008 já está em curso na Universidade Federal de Santa Catarina. Em entrevista coletiva realizada no dia 6 de agosto, foi divulgada pela Administração Central e Coperve a campanha completa do concurso, o calendário, a ordem e os locais onde as provas serão realizadas, o VT, spots e anúncios institucionais a serem veiculados na televisão, o rádio e jornal, além de informações sobre os novos cursos (Oceanografia, Zootecnia e Artes Cênicas) e a ampliação do número de vagas, o processo de isenção de taxa e a política de ações afirmativas, que consiste na inclusão de vagas para jovens egressos de escolas públicas, estudantes negros e indígenas.

Este ano, as provas serão realizadas de 9 a 11 de dezembro nas cidades de Florianópolis, Blumenau, Camboriú, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages e Tubarão. O número de vagas é recorde: 4.095.

Pelo calendário oficial da Comissão Permanente do Vestibular (Coperve), **o período de inscrição via Internet, utilizando o site www.vestibular2008.ufsc.br, vai de 11 de setembro a 10 de outubro**. Este mesmo período será utilizado para o pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 90,00, usando o boleto bancário, em postos de auto-atendimento, em qualquer agência bancária do território nacional, ou através da Internet (até às 21h).

O dia 17 de outubro é o limite para que os candidatos que precisarem de condições especiais para realizar as provas informem sobre suas necessidades à Coperve. O prazo para a divulgação das inscrições deferidas e indeferidas no site oficial termina em 30 de outubro, já com os locais de prova de todos os candidatos que tiverem sua inscrição confirmada. Por fim, 9 de novembro é a data-limite para quem teve sua inscrição indeferida entrar em contato com a Universidade.

Vestibular 2008

A primeira prova, no dia 9 de dezembro, inclui as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira e Redação. No dia 10, acontecem as provas de Biologia, Geografia e Matemática. No último dia, 11 de dezembro, o concurso será concluído com as provas de Física, História e Química.

Divulgação maciça - A campanha de divulgação do Vestibular 2008, produzida pela Agência de Comunicação da UFSC (Agecom), tem como peça de apresentação um cartaz a ser distribuído a todas as escolas de Santa Catarina, usando como mote o slogan *Formando gerações desde 1960*. A mensagem, que vincula a formatura de diferentes gerações a fatos como a Copa do Mundo de 1970 e a Constituição Brasileira de 1988, "procura mexer na memória afetiva das pessoas", de acordo com Vicenzo Berti, responsável pela criação das peças da campanha, sob a coordenação da direção da Agecom.

A campanha inclui ainda um folder, um guia completo e outro simplificado, spots de 15 segundos para o rádio, VT para a televisão, anúncios em jornais de todo o Estado e o site, que apresenta um guia de cursos, agenda e calendário, guia do vestibulando, provas dos anos anteriores, notícias, editais e soluções sobre o concurso. Todas as peças utilizam o mesmo slogan e chamam para o site, onde as informações estão disponíveis.

Mais informações no site www.vestibular2008.ufsc.br.

Arte: Equipe de Identidade Visual da Agecom/UFSC

Conselho Universitário reconhece a greve dos trabalhadores

A Administração Central da UFSC e o Conselho Universitário manifestaram solidariedade e apoio à greve dos trabalhadores técnico-administrativos da instituição, que está entrando no terceiro mês "sem merecer a devida consideração política e institucional do Governo Federal". O processo do Vestibular 2008 está mantido e o calendário escolar não sofreu interrupções, com alunos e professores retomando as atividades no dia 6 de agosto. Através de cartas de esclarecimento, os grevistas explicaram as razões do movimento, mas não evitaram desentendimentos e alguns conflitos com outras categorias no reinício das aulas.

Permanecem interditados o Departamento de Administração Escolar (DAE) e o Núcleo de Processamento de Dados (NPD), considerados estratégicos pelo movimento paredista. A interrupção dos acessos para carros foi temporária, mas a Biblioteca Central e o Restaurante Universitário continuam fechados. "É evidente que, sem alguns laboratórios e com o RU, a Biblioteca, o DAE e o NPD fechados, o semestre começa com problemas", observa o reitor da UFSC, Lúcio José Botelho.

No dia 1 de agosto, a Administração encaminhou documento ao Comando de Greve propondo uma saída negociada para a interdição do Núcleo de Processamento de Dados, considerando os riscos aos equipamentos e o comprometimento da elaboração da folha de pagamento de servidores e professores. Desta forma, ratifica sua postura política de diálogo aberto com os representantes do movimento, apelando para a necessidade de uma solução que atenda aos interesses de todas as partes envolvidas.

Reconhecendo a justeza do movimento e a pertinência da pauta de reivindicações, o reitor Lúcio Botelho prometeu reforçar as ações políticas junto às entidades representativas no sentido de sensibilizar Brasília a abrir um efetivo canal de negociação com o Comando de Greve. "Esta é uma questão nacional, e o rojão não está nas mãos dos reitores", disse ele. Apelo foi feito ao MEC para que encontre uma solução rápida

e justa, evitando "maiores prejuízos à sociedade e danos irreparáveis ao conjunto das IFES".

Ao justificar sua posição, a Administração da Universidade ressaltou que são legítimos os pleitos dos servidores, que são vítimas de arrocho salarial e ausência de perspectivas de carreira. "A pauta de greve confunde-se, inclusive, com muitas das ações e demandas que a Reitoria tem tratado, cotidianamente, com o governo para a manutenção e fortalecimento da universidade pública, gratuita e de qualidade", diz o documento tornado público e referendado em reunião extraordinária do Conselho Universitário.

O Conselho, instância máxima deliberativa da Instituição, compartilha os pleitos da comunidade universitária em relação à melhoria das condições de funcionamento do Restaurante Universitário, à realização de concursos públicos, à ascensão funcional, à paridade de direitos entre efetivos, aposentados e pensionistas, à inclusão dos trabalhadores técnico-administrativos em projetos de pesquisa e extensão e à necessidade de novos investimentos na segurança do campus. O documento fecha com o compromisso da Administração de "manter-se firme e presente ao lado da comunidade universitária".

A Administração da UFSC também respondeu a 26 pontos de uma pauta de reivindicações encaminhada pelo Comando de Greve (confira no site da UFSC - www.ufsc.br). Uma nova negociação, que conta com o apoio e a intermediação da Andifes, foi entabulada com o Ministério do Planejamento pela Fasubra e o Comando Nacional de Greve.

Em Santa Catarina, a greve é mais aguda que na maioria dos estados. Uma das novas práticas na UFSC são as atividades-surpresa, ao passo que o comando nacional do movimento vem pressionando os deputados que desembarcam em Brasília para que se posicionem a favor de suas reivindicações junto ao Governo Federal.



Foto: Jones Bastos



Além de fechar acessos ao campus, os trabalhadores tomaram o Departamento de Administração Escolar (DAE) e o Núcleo de Processamento de Dados (NPD), considerados estratégicos e essenciais ao funcionamento da UFSC. A Administração reivindicou saídas negociadas

Foto: Cláudia Schaun Reis

Ombudsman

A serviço do pluralismo

No *Fedro*, de Platão, Sócrates distingue a atividade retórica da arte retórica, identificando na primeira um objetivo de persuasão pelo meio do mero artifício das palavras, e, na segunda, a busca da persuasão a partir de referência na essencialidade da realidade e da verdade das coisas. É posto que nesta modernidade tardia a verdade seja plural, como estava posto, no *Fedro*, que os dois tipos de discursos referidos sejam retóricos. Entretanto, não pode passar por inobservado, que a diferença também estava posta, e que, ainda que plural, continua posta.

Essa, aliás, é a marca por essência que distingue o jornalismo das demais atividades da assim entendida comunicação social: a referência de verdade e de realidade nos fatos, contextos e textos postos a serviço da sociedade. Se no jornalismo factual isso é fundamental, é ainda mais vital no jornalismo institucional, na medida em que se pretenda erigido, mais do que por eventual verossimilhança, antes, pela credibilidade de suas reflexões, ponderações e conclusões.

Vivi e exercitei isso ao longo de uma experiência de mais de duas décadas de jornalismo, em boa parte dedicada ao jornalismo institucional. Nesta prática, além daquele característico faro de repórter, desenvolvi outro apurado faro, o de reconhecer de pronto a palavra relegada a mero artifício, prevenindo-me, assim, de desnecessários troços pelas trilhas

da retórica jornalística do vazio; daquele vazio que busca a persuasão a qualquer preço.

E é exatamente isso, essa precaução de percurso no exercício profissional e de zelo pelo saber e pela inteligência do leitor, que vejo como a principal notícia estampada, ou para ser preciso, diluída nas diversas matérias publicadas nas últimas quatro edições do *Jornal Universitário*. Sem sombra de dúvidas, de verdade, uma excelente notícia, permeada de verdades todas passíveis, é claro, de questionamento, mas que, para isso, exigem a contraposição de outras verdades, pois estão imunes às artimanhas e aos artifícios da retórica do vazio, e, tampouco, com ela, estabelecem relação dialética.

Essa é a única estratégia editorial institucional passível de credibilidade. Os outros e eventuais desacertos ou equívocos, se é que tenham ocorrido aqui ou ali, sejam gráficos, sejam estéticos, sejam editoriais, podem pontualmente ser corrigidos, readequados. A referência de realidade e de verdade dos fatos não tem rearranjo. Ou está ou não está contemplada. Nisso a equipe do *Jornal Universitário* nada não tem a reconsiderar, no máximo, a perseverar, a refinar.

Renato França
Jornalista e Mestre em Teoria Literária/UFSC

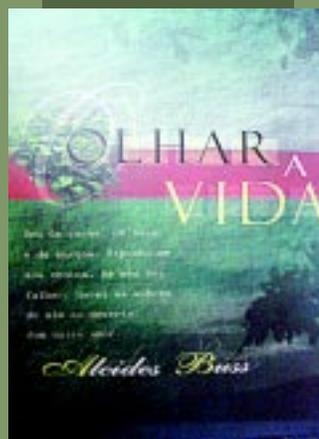
Foto: Luiz Roberto Barbosa



Imagem

A tocha do Pan prestigiou a UFSC ao atravessar o campus no dia 1º de julho.

Poesia



O poeta e diretor da EdUFSC, Alcides Buss, lançou seu 23º livro em julho. Publicado pela Insular, *Olhar a vida*, como assinala no prefácio Antonio Carlos Secchin, "se tece num registro de tensão entre a rotina e o espanto: o que somos, o que deixamos de ser, o que seríamos, se outros..."

Bicho Geográfico

Em Nova York ou em Florianópolis o poeta é um só: na geografia do próprio corpo teima em esconder tudo o que perdeu logo ao nascer.

Repúdio à circulação

Na Assembléia do dia 27 de junho foi aprovada, em nome dos professores, estudantes e servidores, uma moção de repúdio ao *Jornal Universitário* da UFSC, à qual a Política Pública de Comunicação dá acesso na íntegra:

"É lamentável a circulação de uma edição do *Jornal Universitário* (JU) em plena greve dos servidores técnico-administrativos (STAs). Foi uma ação inédita na história do setor, que propaga uma política pública de comunicação em sintonia com as entidades de classe da UFSC, porém sem manter o necessário diálogo com os representantes da base.

Apesar de a publicação dar espaço para o movimento dos trabalhadores, serve mais como um instrumento de propaganda da instituição e de sua reitoria, que está alheia às causas dos STAs em defesa do patrimônio público, principalmente do Hospital Universitário ameaçado de privatização pelo governo federal.

Ao publicar o *Jornal Universitário* a Agecom fica numa posição ambígua, desrespeitando os trabalhadores do setor em greve e os demais servidores públicos em greve. Circular um jornal nestas circunstâncias demonstra o funcionamento normal da universidade, fazendo o jogo político do governo federal para quem a greve é inexpressiva.

Da mesma forma, incentiva o ímpeto anti-greve e privatizante do governo Lula e da reitoria, que mantém o funcionamento de setores estratégicos da universidade através da contratação de trabalhadores terceirizados e bolsistas.

A Agecom, publicando o JU, atrela-se a este discurso, também servindo de estímulo à inoperância do serviço público, pois seus técnico-administrativos são substituídos por bolsistas e funcionários contratados, mantendo normal a rotina de trabalho no setor. A terceirização aumentou 50% na atual gestão: foram contratados mais dois funcionários através de fundações (do total de 4) e 10 bolsistas substituem os servidores de carreira. É uma prática que não condiz com o discurso expresso no editorial da publicação."

Nota do Editor: Em primeiro lugar, é preciso agradecer a lembrança. A moção contém, contudo, mentiras e imprecisões. O missivista, talvez com lapsos de memória ou até acometido de leve dose de má-fé, desinformou que a circulação do JU "foi uma ação inédita na história do setor".

A verdade é que – de fato – a Agecom nunca fechou durante as greves e o jornal, quando editado, normalmente circulava, contando, às vezes, inclusive com a valiosa colaboração de gente paralisada,

o que, para quem não tem preguiça, pode ser facilmente comprovado numa rápida consulta aos arquivos.

Já os números citados na moção dão a impressão de que o redator matou as aulas de Matemática.

E como justificar, por exemplo, o fechamento do JU se apenas um jornalista da equipe aderiu, até agora, ao movimento paredista?

Embora confundindo Reitoria com Instituição, o repúdio reconhece, todavia, que o jornal divulgou bem a greve, mas, ambíguo, o seu mentor, ao que parece, torcia para o JU ignorar a justiça do movimento.

O nobre e não menos perfumado colega conseguiu manipular uma assembléia, o que é lamentável, mas não inédito na universidade.

A moção não soma. Divide o que já não pode mais ser dividido!

Não é com meias-verdades ou mentiras inteiras que se conquista a consciência.

A moção condena o JU, que, além de divulgar o movimento, manifestou-se em editorial. Seguem trechos que fazem a defesa da UFSC e do HU:

"Há tempos que os projetos que roubam direitos dos trabalhadores do serviço público fazem fila no Congresso. Reforma Universitária, Reforma Sindi-

cal, Reforma Previdenciária, reforma da reforma, e, como se não bastasse, o Governo "premia" o funcionalismo, após uma década de congelamento salarial, com a ameaça de uma lei anti-greve e a criação de um monstro chamado de Fundação Estatal de Direito Privado. Em vez de regulamentação, data-base e negociação coletiva, desconstituição de um direito consagrado na Carta Magna de 1988. No lugar de fortalecimento do direito e do acesso à saúde, contratos, negócios e privatização dos Hospitais Universitários, refúgios últimos da gratuidade. A negociação é trocada por provocação. Ao mesmo tempo em que tramita projeto de lei que prevê mais dez anos de arrocho, anuncia-se reajuste para os comissionados. E, antes mesmo de ser declarada ilegal ou abusiva a greve, a ordem é cortar salários. A greve, último recurso da luta política, é sempre justa. Os trabalhadores técnico-administrativos das IFES protocolaram, em tempo hábil, as suas reivindicações e tentaram, através de suas entidades representativas, abrir canais de negociação com Brasília. Encurralados, sem saída, encontraram-se diante de um governo duro, disposto a bancar mais uma greve. Com motivos de sobra, e reagindo em legítima defesa, os trabalhadores estão parados e mobilizados em nível nacional". (ML)

Jardim do Senhor

Jéssica Lipinski

Bolsista de Jornalismo na Agecom

O Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC (PET/ARQ/UFSC), em parceria com Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA), está desenvolvendo o projeto de extensão universitária *Jardim Universal para a Universidade Federal de Santa Catarina*.

O objetivo é estimular as habilidades perceptivas dos usuários por meio de estímulos sensoriais, abrangendo soluções espaciais acessíveis de acordo com os princípios do Desenho Universal (DU), que considera a diversidade humana na concepção de espaços e produtos. Desta forma, pretende-se proporcionar um espaço público ao alcance de todos,

que promova a participação e a socialização dos usuários.

O Jardim englobará a área situada entre o Centro de Convivência, o Centro de Cultura e Eventos e os Restaurantes Universitários (RUs). Um espaço freqüentado por crianças, idosos, alunos, servidores e professores e, também, ponto de convergência dos prédios mais utilizados da Universidade: a Reitoria, o Centro de Convivência, os restaurantes e o Centro de Convenções.

A idéia teve início em março de 2006. Na primeira etapa do projeto foi feito um levantamento físico da área e foram realizadas entrevistas com os freqüentadores do local, visando identificar as necessidades para o espaço. Em seguida, foi elaborado o projeto arquitetônico e paisagístico.

De acordo com um dos bolsistas do projeto, Fábio Marcizio Gonçalves, atualmente esta área configura-se como um espaço meramente de passagem. "Nosso objetivo é que o Jardim seja um espaço que qualquer pessoa possa usar. Queremos que as fun-

ções sejam compensadas, de modo que um deficiente físico, por exemplo, de alguma forma se sinta inserido dentro do grupo", ressalta.

O projeto procura estimular a imaginação e os sentidos dos usuários, propiciando sensações através do uso de variados materiais, espécies vegetais e outros elementos paisagísticos que apresentem diferentes texturas, cores, formas e odores. Trabalhando com diferentes sensações, pretende-se garantir a participação de todos os usuários, independente de suas capacidades e habilidades. Os portadores de necessidades especiais poderão orientar-se pela praça através de estruturas planejadas para estes fins.

Atualmente o projeto busca apoio político-institucional e recursos para sua execução.

Outras informações podem ser obtidas na sala do grupo PET/ARQ, pelo telefone 3721-9393 ou pelo e-mail petarq@gmail.com.



Foto: Tânia Regina de Souza



Foto: Cláudia Schaum Reis

UFSC no Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

O professor Érico Porto Filho, do Departamento de Geociências e coordenador de Gestão Ambiental da UFSC, assumiu a coordenação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CE-RBMA).

Os comitês estaduais coordenam a implantação da Reserva de Biosfera da Mata Atlântica nos respectivos estados. Devem manter os princípios delimitados pelo Conselho Nacional, com a finalidade de promover políticas públicas e estimular projetos e atividades voltados ao conhecimento, à conservação e ao desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica.

Estes setores devem atuar como instâncias de apoio, articulação e consulta entre os órgãos governamentais, as organizações não-governamentais (ONGs), ambientalistas e sociais, o setor científico, a população em geral, em especial as comunidades tradicionais e setores empresariais, em cada estado abrangido pela reserva.

O papel principal dos comitês é servir de fórum de articulação interinstitucional voltado a promover políticas públicas e estimular projetos e atividades voltadas ao conhecimento, à conservação e ao desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica.

De acordo com Érico Porto Filho, uma das principais dificuldades que o comitê encontra atualmente é a falta de infraestrutura para o seu trabalho. "O problema é que as políticas culturais da nossa sociedade estão arraigadas no modelo capitalista, que vai contra o modelo de desenvolvimento sustentável", diz o coordenador. "Mas nós estamos trabalhando com projetos de fortalecimento do comitê e parcerias com o governo através de campanhas de mobilização e conscientização da preservação da Mata Atlântica para que haja uma maior articulação do nosso trabalho", salienta. (JL)

Mais informações sobre os comitês no site www.rbma.org.br ou pelo telefone 9901-5791, com Érico Porto Filho.

Os Comitês promovem políticas públicas e estimulam atividades e projetos voltados ao conhecimento, à conservação e ao desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica